



17/11/2014 - Sinttel

Vivo/Telefônica - Negociação Salarial 2014/2015

Para os acionistas tudo. Para os/as trabalhadores/as 0,65% de aumento real

As reuniões com a VIVO/Telefônica estão acontecendo desde agosto e a empresa empacou numa proposta medíocre, em que não há um reajuste decente. Os Sindicatos já rejeitaram a proposta, mas a empresa desafia e mantém sua proposta indecente, apostando que empregados vão aceitá-la.

A comissão de negociação dos trabalhadores (Fenattel) vem se reunindo com a Vivo/Telefônica para negociar o Acordo Coletivo 2014/2015. As reuniões acontecem em São Paulo.

A Vivo/Telefônica vinha só batendo em vários pontos da pauta, querendo tirar direitos e garantias históricas dos trabalhadores, como se estivesse vivendo à míngua. Porém, o que a gente viu nos últimos meses foi uma ganância só: desembolsou R\$ 22 bilhões de reais (\$ 7,2 Bi) na aquisição da GVT.

Os salários caem na mesma proporção que a Vivo/Telefônica aumenta de patrimônio

Vejamos:

O crescimento do lucro dos acionistas comparado aos 0,65% que ela oferece:

- Investimentos de R\$ 2,6 bilhões no 1º semestre/2014 (+33,5%).
- Lucro líquido de R\$ 2,6 bilhões no 1º semestre/2014 (+53,9%).
- Lucro por ação ordinária: +54,2%.
- Lucro por ação preferencial (com direito a voto) +54,4%.

E para você, que trabalhou duro, a proposta é de 0,65% de ganho real!

Segunda maior na telefonia

Com os processos de aquisição/fusão em curso, a Vivo/Telefônica será a segunda colocada nos acessos de voz fixos (15 milhões de clientes), terceira colocada na TV por assinatura (atualmente em 5º lugar) e ficará empatada na primeira posição no total de

acessos de banda larga fixa! Você consegue imaginar o quanto esse percentual ridículo vai modificar o seu salário? Pois saiba que no primeiro mês a inflação abocanha esse "trocado".

É nisso que temos de pensar quando a empresa teima em dizer que é proposta final. Não vamos fazer nada? Não vamos reclamar??? Veja no verso os demais itens da proposta que continua na mesma toada. Tá mais para perder do que para ganhar.

O que a Vivo/Telefônica está oferecendo para o trabalhador

Reajuste salarial Percentual de 7%, sem faixa salarial, a partir de 1º de Setembro.

Auxílio-alimentação

Administrativo - ela concede correção de 6,50% nos valores praticados, a partir de 1º setembro/2014.

Lojas - correção de 6,50% nos valores praticados, a partir de 1º setembro/2014. Segunda correção de 9,50% para todos os estados em 1º junho/2015.

Auxílio-creche

Administrativos - Correção de 6,35% nos valores praticados, a partir de 1º setembro/2014

Lojas - Correção de 6,35% nos valores praticados, a partir de 1º setembro/2014. A segunda correção é de 1,54% (total de 8% em julho/2015).

Assistência Médica

E quanto ao plano de saúde a Telefônica/Vivo diz que os gastos estão altos e que o trabalhador tem que ajudar a pagar a conta. A empresa propõe que o trabalhador passe a pagar uma mensalidade do plano de saúde correspondente a 1% (limitado a R\$ 600,00) em Jan/2015 e de 1,5% em Jul/2015 e coparticipação sobre consultas, exames simples e pronto socorro equivalente a 20% e 10% para terapias.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Demais benefícios

Auxílio Creche Especial

Administrativos – Correção de 6,35% sobre o valor atual, em Setembro/2014, passando para R\$ 913,76.

Lojas – Correção de 6,35% sobre o valor, em Setembro/2014, passando para R\$ 285,24.

Reembolso Quilometragem

Correção de 6,35% sobre o valor, em Janeiro/2015, passando para R\$ 0,96. Auxílio Funeral e Quebra de Caixa Correção de 6,35% sobre o valor atual, em Setembro/2014

Banco de Horas

Manutenção do prazo de compensação em 60 dias;

17/11/2014 - Sinttel

1ª reunião de negociação com a Oi: muita conversa e nenhum resultado, ainda

Empresa fala de dívidas, redução de 150 cargos executivos e oferece 5,5% de reajuste. Sindicatos querem 9% para as lojas e para os demais empregados da Oi 8,5%. Próxima reunião dia 20

A reunião de negociação do Acordo Coletivo entre a Comissão dos Trabalhadores (Fenattel) e a Operadora Oi, ocorrida no dia 14/11 ouviu-se, durante toda a manhã, explicações da empresa sobre as dívidas e problemas que a Operadora vem enfrentando. Os representantes da empresa apresentaram, em linhas gerais, os resultados operacionais e financeiros do trimestre.

Os Sindicalistas viram os números com preocupação, pois a receita líquida caiu 5% e como nível de endividamento é muito elevado, a geração de caixa de cerca de R\$ 9 bilhões não têm sido suficientes para estancar a sangria de uma dívida que se já se aproxima perigosamente dos R\$ 50 bilhões.

Para sair dessa situação, foi informado que os acionistas aprovaram um plano de recuperação proposto pelo novo presidente, que, dentre outras coisas, contém a redução de 150 cargos executivos; redução do número de diretorias; redefinição do modelo de vendas de serviços, ex.: o PAP perde importância e uma estratégia para atender condomínios assume destaque; venda de ativos: além de prédios e torres, estão à venda a própria Portugal Telecom e a AfricaTel.

Demissões

Quando a empresa fala em demissões, sabe que

os mais atingidos são a massa de trabalhadores. Logo houve uma intervenção da Comissão de Negociação dos trabalhadores da Fenattel apontando os erros primários na condução do negócio, como a terceirização da folha de pagamento e da contabilidade para a Accenture e a sempre equivocada política de rede externa. Os sindicalistas apontaram que os principais executivos é que tem de ser responsabilizados pela má administração. " Não podemos e não vamos aceitar demissões de trabalhadores como resposta às dificuldades que a empresa enfrenta", disse Marcelo Beltrão, presidente do Sinttel-PE.

Já no final da manhã, os representantes da empresa garantiram que as demissões já ocorridas foram ocasionadas apenas na redefinição do modelo de vendas e nos 150 cargos executivos. Afirmaram que a Oi conta com quase 19 mil trabalhadores e este número permanecerá, não havendo nenhum estudo no sentido de redução de quadro de pessoal. Disseram, ainda, que a redução de 400 postos de trabalho serão "compensados" pela recontração de quase 500 trabalhadores que virão da Accenture, voltando a internalizar, assim, toda a contabilidade e consertando o erro que foi esta decisão executiva.

Negociação do Acordo Coletivo

Na parte da tarde, a Oi apresentou uma contraproposta à pauta de reivindicações que foi enviada pela Fenattel. A empresa dividiu-a em três partes:

A primeira para o pessoal da Lojas; a segunda sobre a Jornada de Trabalho e a terceira sobre o Acordo Coletivo 2014/2015.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Com relação às Lojas (cerca de dois mil trabalhadores espalhados em quase todo país) a proposta da Oi foi:

- A) Reajuste salarial de 5,5% em dezembro;
- B) Auxílio-creche passaria a R\$ 185;
- C) Tíquete iria a R\$ 18,50;
- D) Auxílio-medicamento iria a R\$ 316,50;
- E) Vigência de 2 anos.

Com relação à Jornada de Trabalho, a intenção da empresa é manter o acordo atual e para o pessoal da chamada planta interna (que foram internalizados o ano passado em sua imensa maioria com 44h semanais). Uma mudança, apenas: só igualá-los aos demais trabalhadores da Oi ou seja, que trabalham 40 horas semanais, em 01/01/2016.

Com relação ao acordo da Oi a proposta foi:

- A) reajustar os salários até R\$ 5.000,00 em 5,5%, acima disto um valor fixo de R\$ 275,00;
- B) Tíquete de R\$ 26,90;
- C) Auxílio-creche de R\$ 390,00;
- D) Auxílio-medicamento iria a R\$ 1.100,00
- E) Tudo valendo a partir de 01/01/2015.

Evidente que a Comissão dos Trabalhadores REJEITOU este tipo de proposta indecente e, após uma rispida troca de "gentilezas", os sindicalistas apresentaram uma contraproposta - que seria um patamar aceitável para a renovação do acordo coletivo, bem como a questão da jornada de trabalho:

Para as Lojas

- A) Como o patamar salarial é bem menor, o reajuste seria maior, 9%;
- B) Em todos os benefícios seria de 10%;
- C) Auxílio-creche extensivo aos homens;
- D) PPR de 1 salário;
- E) Auxílio-medicamento de R\$ 500,00;

- F) Auxílio de Quebra de Caixa de 20% do salário;
- G) Auxílio-estacionamento;
- H) Tudo retroativo a 01/11/2014.

Jornada de Trabalho:

Igualdade de condições a partir de 01/01/2015.
Renovação do acordo coletivo dos trabalhadores

da Oi:

- A) 8,5% em todos os salários;
- B) Em todos os benefícios aplicar-se o percentual de 10%;
- C) Auxílio-creche extensivo aos homens;
- D) Antecipação da PPR (Placar) de 1 salário;
- E) Antecipação do 13 salário 2015;
- F) Um depósito extra no tíquete para as compras natalinas
- G) Pagamento de refeições nos deslocamentos;
- H) As horas-extras passarem a valer a partir do acionamento;
- I) Folga no dia do aniversário;
- J) Folga sem compensação de horas nos dias 24 e 31/12;
- K) Licença para trabalhadoras vítimas de violência doméstica;
- L) Abono de faltas para o caso de acompanhamento de filhos em internação médica;
- M) Adicional de periculosidade para os trabalhadores do GSM;
- N) Tudo retroativo a 01/11/2014.

A diretoria da empresa não escondeu sua insatisfação com a contraproposta dos empregados/as, mas comprometeu-se em analisar e responder item a item na próxima reunião, no próximo dia 20, mesmo sendo feriado em diversos locais. Outras duas reuniões foram agendadas 27 e 28/11.



10/11/2014 - Convergência Digital

Para TCU, Anatel facilitou calote de R\$ 800 milhões pelas operadoras

Levou mais de cinco anos, mas o Tribunal de Contas da União soltou um acórdão corrosivo sobre um dos episódios mais polêmicos da Anatel – o apelidado ‘informe das multas’. O documento, gestado em 2008, até hoje ajuda as operadoras a evitarem o pagamento de sanções. Por conta dele, a agência ainda não viu a cor de, pelo menos, R\$ 792 milhões, em valores não corrigidos. Mas o montante deve ser bem maior.

A investigação do TCU sugere que segue mal explicada a elaboração do informe 149/2008, a cargo da então Gerência Geral de Competição, parte do que era a Superintendência de Serviços Públicos da Anatel. Trata-se de um documento no qual a própria agência alegava que os valores das multas aplicadas representavam “um montante desarrazoado frente aos volumes anuais que constituem a capacidade econômica (...) [d] as concessionárias”.

A conclusão de que a Anatel cobrava multa altas demais não se sustenta, como restou evidenciado. No entanto, a partir do início de 2009 o ‘informe das multas’ passou a ser anexado a vários processos que corriam – e ainda correm – na agência. Na época, a então Superintendência de Serviços Públicos indicou que o informe 149/2008 teria sido juntado a 191 processos. Mais tarde, porém, a mesma SPB “afirmou que esses números poderiam ser maiores”.

Ao anexá-lo aos processos, a agência deu munição de sobra às empresas. Naquele mesmo janeiro de 2009 começaram a pipocar recursos contra as multas aplicadas. Foi quando a presidência da Anatel passou, na prática, a referendar o questionado documento, acatando os pleitos das teles “especialmente levando em consideração as informações contidas no Informe 149/2008-PBCPA/PBCP”. Pior, determinou que se estendesse o estudo às demais superintendências.

O valor envolvido seguramente é maior que os mencionados R\$ 792 milhões. Essa cifra se refere a uma conta sobre os 101 primeiros Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigações, ou Pados, onde o informe foi anexado. Desses, três já foram arqui-

vados e seis prescreveram – nesse caso, em um total de R\$ 45,9 milhões. Outros 19 estão sendo discutidos na Justiça. O argumento, como não podia deixar de ser, é o conteúdo do informe 149/2008.

Daqueles 101, há 73 ainda correndo na Anatel. Em 57 casos, há recursos ou pedidos de reconsideração pendentes no Conselho Diretor da agência. Há, ainda, 16 Pados que transitaram até o máximo possível no âmbito administrativo, mas ainda aguardam o pagamento das multas. Ressalte-se que todos são casos abertos entre 2002 e 2006. E que a Anatel não sabe dizer quantos outros estão pendurados por conta do mesmo informe.

Diz o TCU: “Conclui-se que a irregular juntada dos estudos promovida pela SPB prejudicou o processo sancionatório da Anatel ao gerar tumulto processual, vez que o ato indevido e inconsistente fundamentou diversos recursos, e conseqüente mora excessiva na apreciação dos Pados afetados. Ademais, houve prescrição de considerável valor de multas aplicadas em alguns desses Pados, e que pode se revelar ainda maior vez que se desconhece a verdadeira extensão de processos aos quais houve juntada dos estudos.”

Além disso, entende o TCU que a agência não investigou o caso para valer, o que será feito por ele mesmo. “A Anatel não realizou adequadamente a apuração de responsabilidades quanto às irregularidades cometidas em decorrência da elaboração e juntada dos estudos aos Pados e identificadas nesta instrução. Nesse sentido, faz-se mister que esta Corte verifique e individualize as condutas dos agentes que deram causa a infrações administrativas e a danos ao erário.”

O órgão de controle deu 180 dias para a Anatel relacionar os processos onde houve prescrição ou redução das multas, discriminando os valores e os detalhes dos processos, se julgados, suspensos, transitados, etc. Na mesma decisão, o plenário do TCU decidiu abrir processo à parte “com o fito de apurar responsabilidades quanto às irregularidades verificadas e quantificar o débito”.



17/11/2014 - Telesintese

Telecom Italia nega aumento de capital

Imprensa italiana divulgou no final de semana intenção da operada de buscar no mercado dinheiro para financiar compra da Oi.

A Telecom Italia emitiu nesta tarde um comunicado ao mercado negando especulações na imprensa local de que estaria preparando um aumento de capital. O lançamento de novas ações na bolsa italiana seria usado para financiar uma possível consolidação no mercado brasileiro, envolvendo a TIM Brasil e a Oi.

Quando divulgou os resultados do terceiro tri-

mestre, Marco Patuano, o presidente da operadora italiana, afirmou que a companhia mantém, o objetivo de crescer no Brasil. Na época, ele não descartou consolidação por aqui, mas ressaltou que o propo- nente deverá trazer soluções para os empecilhos regulatórios. Segundo o noticiário internacional, o conselho da Telecom Italia deve se reunir nesta semana para debater o futuro da TIM Brasil.

17/11/2014 - Portal Vermelho

No Brasil, situação análoga à escravidão atinge 155,3 mil pessoas

Trabalho escravo nos dias atuais ocorre por meio do tráfico de seres humanos, do trabalho forçado, da servidão por dívida, do casamento forçado ou servil e ainda pela exploração sexual comercial

O Brasil tem 155,3 mil pessoas em situação análoga à escravidão, segundo o relatório Índice de Escravidão Global 2014, da Fundação Walk Free, divulgado hoje (17). Houve significativa queda em relação ao levantamento do ano passado, que apontou mais de 210 mil pessoas submetidas ao trabalho escravo no país. De acordo com a organização, dos 200.361.925 de brasileiros, 0,078% estão nesta condição.

Pela primeira vez, segundo o levantamento, o número de pessoas resgatadas em situação de trabalho forçado no setor da construção civil (38% dos casos) foi maior que no setor rural do país. De acordo com a Walk Free, o Brasil atraiu bilhões de dólares em investimentos para a execução da Copa do Mundo, o que propiciou o aumento do número de casos em áreas urbanas.

O relatório também destaca que a exploração sexual concentrou um grande número de pessoas em situação de trabalho forçado por causa do grande fluxo de turis-

mo nas cidades-sede do Mundial. A Walk Free ressaltou que Fortaleza concentrou boa parte dos casos de abuso sexual de crianças por turistas.

O documento ressalta que ainda há muitas crianças trabalhando como empregadas domésticas. Em 2013, segundo a organização, 258 mil pessoas entre 10 e 17 anos estavam trabalhando como trabalhadoras domésticas no Brasil. Segundo um dos autores do relatório, Kevin Bales, também há preocupação com a participação de crianças no tráfico ilegal de drogas.

De acordo com a Walk Free, outro dado relevante no país é o fato de muitos bolivianos e peruanos serem explorados na indústria têxtil. Mais da metade dos 100 mil imigrantes bolivianos entraram no Brasil de forma irregular e são facilmente manipulados por meio da violência, das ameaças de deportação, e da servidão por dívida, segundo a pesquisa.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

A organização ressaltou o progressivo comprometimento do governo e das empresas com a erradicação do trabalho forçado no Brasil. Um das medidas lembradas foi a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Trabalho Escravo, que determina a expropriação de imóveis urbanos e rurais onde seja constatada a exploração de trabalho análogo à escravidão. Outra medida importante é a lista suja do trabalho escravo, elaborada pelo Ministério do Trabalho.

“O Brasil é um dos líderes mundiais no combate à escravidão. A lista suja e os grupos móveis de combate ao trabalho escravo são muito importantes e nenhum outro país tem medidas como essa”, disse Bales.

O documento destacou que somente Estados Unidos, Brasil e Austrália estão tomando medidas para eliminar o trabalho escravo na contratação pública e nas cadeias de fornecimento das empresas que atuam em seus países.

O Brasil está em 143º dos 167 países avaliados proporcionalmente em relação à população. A Mauritânia, na Costa Oeste da África, está em 1º lugar no ranking e é apontado como o pior caso. No ano passado, o Brasil estava em 94º entre os 162 países avaliados.

No ranking das Américas, o Brasil está em 24º em um total de 27 países avaliados, melhorando também em relação ao primeiro relatório, que apontou que o país estava em 13º.

Mais de 35,8 milhões de pessoas em todo o mundo vivem em situação análoga à escravidão, aponta o relatório Índice de Escravidão Global 2014.

O número de pessoas escravizadas aumentou 20,13% em relação ao levantamento em 2013. O primeiro relatório da organização mostrou que o mundo tinha 29,8 milhões de vítimas da escravidão moderna.

De acordo com a Walk Free, o trabalho escravo nos

dias atuais ocorre por meio do tráfico de seres humanos, do trabalho forçado, da servidão por dívida, do casamento forçado ou servil e ainda pela exploração sexual comercial.

“Não temos que ter escravidão no mundo. Deve haver vontade política para implementar as leis contra a escravidão como acontece com os homicídios. Gostaria de ver a escravidão se tornar um crime tão raro no mundo como acontece com o canibalismo hoje”, disse Kevin Bales.

A África e Ásia, segundo o documento, continuam sendo os continentes com a maior incidência de pessoas nestas condições. Proporcionalmente, a Mauritânia, na Costa Oeste da África, lidera novamente o ranking dos países com maior prevalência, com 4% da população escravizada. Ela é seguida do Uzbequistão (3,97%), Haiti (2,3%), Qatar (1,36%) e da Índia (1,14%).

Em números absolutos, a Índia permanece no topo da lista com mais de 14,29 milhões de pessoas escravizadas, seguida da China (3,24 milhões), do Paquistão (2,06 milhões), Uzbequistão (1,2 milhão) e da Rússia (1,05 milhão). Juntos, estes países representam 61% da escravidão moderna mundial, ou seja, quase 22 milhões de pessoas.

De acordo com a Walk Free, apesar de o índice de 2014 estimar que há mais 20,13% de pessoas escravizadas no mundo ante os dados de 2013, “este aumento significativo deve-se à melhoria dos dados e da metodologia, que inclui inquéritos representativos a nível nacional em alguns dos países mais afetados”. Este ano, o ranking foi elaborado com base em 167 países avaliados. Taiwan, Sudão do Sul, Coreia do Norte, Kosovo e Chipre foram incluídos no relatório de 2014. No ano passado, foram 162 países avaliados.